

COMO UM PROBLEMA SE TORNA PÚBLICO? ANOTAÇÕES PRAGMATISTAS A PARTIR DA MARCHA DA MACONHA NO BRASIL¹

Marcílio Dantas Brandão²

RESUMO

Recuperando antigas reflexões dos filósofos pragmatistas Dewey e Mead, este texto discorre sobre a natureza do público e suas particularidades em relação ao social e ao estatal, mas também busca – a partir do retorno ao trabalho do sociólogo Joseph Gusfield – discutir o processo pelo qual aspectos da realidade se tornam sensíveis para que diferentes setores da sociedade demandem a assunção de responsabilidades estatais. Nesta perspectiva, não são apenas os argumentos cognitivos que competem para o reconhecimento da autoridade em relação a um problema, mas também a capacidade narrativa (com seus elementos retóricos de convencimento e persuasão), os níveis de poder pregresso dos agentes envolvidos, os recursos, interesses e habilidades de que dispõem para influenciar a formação, o desenvolvimento ou a multiplicação de opiniões. O ponto de partida desta comunicação é de que o caráter público de uma situação – assim como a sua dimensão problemática – não é elemento transcendental, mas imana da própria situação e dos agentes envolvidos. Na discussão do processo de tornar público um determinado problema, a análise da ação social como performance também tem lugar nesse texto. Por fim, o artigo apresenta recentes dados de pesquisa sobre o Movimento Marcha da Maconha no Brasil, visando a demonstrar como as transações com esta droga se tornaram um problema público no país.

PALAVRAS-CHAVE

Público; Problemas Públicos; Pragmatismo; Marcha da Maconha.

¹ Este texto é a síntese mais breve que pude fazer da primeira parte e das conclusões de minha tese de doutorado (BRANDÃO, 2017), realizada sob a dupla orientação de Remo Mutzenberg (UFPE) e Daniel Cefai (EHESS), a quem registro meus agradecimentos. Também registro o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) ao longo do processo de pesquisa doutoral e da Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa (Funcap) no atual momento de estágio pós-doutoral que realizo junto à Universidade Estadual do Ceará (Uece).

² Bacharel em Ciências Sociais (UFC), mestre e doutor em Ciências Sociais (EHESS), doutor em Sociologia (UFPE). Pós-doutorando e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (Uece).

Dewey e o pragmatismo na pesquisa de transações públicas

Tomando os termos de Dewey (1993 [1938], p. 511) para afirmar que “[...] o sentido das coisas reside nas consequências que elas produzem em interação com outras coisas”³, pode-se compreender que, para este autor, até o que antecede a experiência pode ser afetado por ela. O indivíduo e o ambiente são condições para que se processe uma experiência qualquer e, portanto, eles a antecedem, mas podem ser alterados por ela. A precedência, neste caso, é questão tão esvaziada quanto a reflexão sobre individualismo e comunitarismo na produção de John Dewey. Como ele mesmo precisou, ao final de sua vida, “[...] o experimentalismo é mais profundo que qualquer outro ‘ismo’” (DEWEY, 1950 *apud* ZASK, 2001, p. 64) e, por meio de um experimento, a compreensão sobre qualquer coisa que o antecedeu pode ser significativamente alterada.

Ao enfatizar a experiência e seu elemento constitutivo que é a ação, Dewey (1998 [1929]) propõe que a filosofia se dedique ao seu estudo, mas estabelece bases importantes para o desenvolvimento das ciências sociais de vertente americana – este ramo de nossa história que é frequentemente posto em detrimento face aos pioneiros franceses e alemães. Como é bastante difundido, a sociologia nos Estados Unidos vai desenvolver referências pragmatistas mais explicitamente ligadas a Mead, mas a contribuição de Dewey é também destacável, conforme apontou Pogrebinschi (2005, p. 78).

Em sua teoria política, a experimentação é igualmente importante. Não apenas os problemas educacionais, psicológicos ou propriamente filosóficos motivaram sua reflexão. Como bem sinalizou Pogrebinschi (2014), sua importância ultrapassa largamente estes campos, fecundando a teoria política em obras como o pequeno livro intitulado “O público e seus problemas” (DEWEY, 2010 [1927]) em que discorre sobre o que é público, sobre as diferenças entre público e privado, a natureza e os modos de

³ Traduzido pelo autor, assim como as demais menções a textos referenciados em línguas estrangeiras.

resolução dos problemas públicos. Acerca desta obra, vale primeiramente apontar que sua noção de público evidencia uma grande diversidade de atores: “[...] todos que são afetados pelas consequências indiretas de transações que julgam necessário observar sistematicamente” (DEWEY, 2010 [1927], p. 95). Assim, a noção de experiência é o fundamento da ideia de público na teoria deweyana.

A experiência constitutiva de toda existência se revela no pragmatismo de Dewey como ação e é um elemento indispensável à compreensão. Para usar os termos do próprio autor, lembramos que

Usualmente se diz que o pragmatismo faz da ação a finalidade da vida. Também se diz que o pragmatismo subordina o pensamento e a atividade racional a fins de interesse e ganho particulares. É verdade que a teoria, de acordo com a concepção de Peirce, implica essencialmente em uma certa relação com a ação, com a conduta humana. Mas o papel da ação é aquele de um intermediário. Para estar apto a atribuir significado aos conceitos deve-se poder aplicá-los à existência. Ora, é por meio da ação que essa aplicação se torna possível. E a modificação da existência que resulta dessa aplicação constitui o verdadeiro significado dos conceitos. O pragmatismo está, por conseguinte, muito distante daquela glorificação da ação pela ação, que é considerada como a característica peculiar da vida americana. (DEWEY, 2007 [1922], p. 229)

Inspirado por esta compreensão de que o conhecimento se produz em função⁴ de experiências – de ação em relação a seu objeto, parti ao campo de investigação sobre controvérsias, performances e mudanças em relação à maconha no Brasil e dediquei uma atenção especial ao que pude observar em Recife, única cidade brasileira em que a Marcha da Maconha jamais foi impedida de se realizar nem por meio de esforços judiciais nem pela ação das polícias (BRANDÃO, 2017). Buscando entender o que se diz e o que se faz em relação à maconha, especialmente na referida Marcha, fui percebendo ao longo de cinco anos de investigação que não apenas os entendimentos sobre o tema se alteravam

⁴ Aqui, subscrevo Quéré (2012), destacando que o termo “função”, em sua original acepção matemática, não implica causalidade, mas estabelece relação entre elementos de conjuntos distintos.

como também mudavam os agentes dessa transformação. Para compreender tais mudanças, apoiei-me mais uma vez em Dewey, especialmente em sua noção de “transações”. Neste caso, a noção não se assemelha a uma categoria jurídica que tenha sido “contrabandeada” para a filosofia política. O autor aborda as “transações” como sendo o conjunto de experiências em que necessariamente há mudança dos envolvidos, sejam eles sujeitos da interação ou elementos do ambiente em que se encontram.

Enquanto as transações afetam exclusivamente aqueles que estão diretamente envolvidos, trata-se – na concepção de Dewey – de transações privadas. Assim, a distinção entre público e privado não coincide com as diferenças entre individual e social, não se confunde com nenhuma definição de Estado e tampouco se restringe a noções como as de “audiência”, “plateia” ou “espectador”. Qualquer transação realizada por duas ou mais pessoas tem características sociais e pode, inclusive, “ser socialmente valiosa tanto devido a suas consequências indiretas quanto pela intenção de quem a presidiu” (DEWEY, 2010 [1927], p. 93). Deste modo, não há necessariamente uma relação causal entre o caráter privado de um ato e o desenvolvimento de alguma consequência não-social ou antissocial. Porém, o contrário é forçosamente verdadeiro, ou seja: toda transação pública tem consequência social. Os sujeitos diretamente envolvidos nas transações deweyanas sofrem obviamente seus efeitos diretos, mas também sofrem necessariamente um ou mais de seus efeitos indiretos. O público, assim compreendido, é simultaneamente agente e paciente de mudanças que passa a observar a partir do momento que as percebe.

Dewey aponta caminhos para a pesquisa do que vem a ser o público nesta perspectiva:

[...] devemos começar pelos atos que são realizados, não pelas causas hipotéticas destes atos, e considerar suas consequências [...] observar as consequências enquanto consequência significa observar sua conexão com os atos das quais procedem. [...] nosso ponto de partida é o fato objetivo de que os atos humanos têm consequências para outros humanos [...] (DEWEY, 2010 [1927], p. 91).

Em seguida, o autor toma a percepção das consequências como condição para a diferenciação do domínio público e do privado, como sinalizado anteriormente:

[...] algumas consequências [dos atos humanos] são percebidas e esta percepção conduz ao esforço posterior de controlar a ação de modo a assegurar algumas consequências e evitar outras. [...] Nesta distinção encontramos o germe da diferença entre público e privado. Quando são reconhecidas consequências indiretas e há um esforço para regulamentá-las, algo como um Estado começa a existir (DEWEY, 2010 [1927], p. 91-2).

Deste modo, o critério decisivo para demarcar diferenças entre público e privado não é fixado por princípios ontológicos, legais ou governamentais, mas se configura em meio às circunstâncias em que se processa a experiência. Neste caminho teórico, a pesquisa (BRANDÃO, 2017) que inspirou este artigo permitiu compreender que existem transações com maconha de ambos os tipos; há aquelas de ordem privada e outras tantas que respondem às características do público deweyano.

A análise da literatura sobre maconha revelou que a repercussão de diferentes opiniões deu lugar a controvérsias que contribuíram para definir modos de regulação das transações que – além de afetar seus agentes – gera impactos na vida de pessoas e ambientes que jamais estiveram diretamente envolvidos com a questão. Considerando ainda a existência de sujeitos que percebem as consequências da atual regulação das transações com maconha como sendo perniciosas, denunciam este suposto mal, produzem argumentos, mobilizam parceiros, empreendem uma comunicação multirreferenciada (não apenas discursiva) para um público que inclui indivíduos direta e indiretamente afetados, organizam e executam ações de reivindicação de mudanças, percebe-se uma publicidade controversa da maconha demandando soluções que estão sendo constantemente oferecidas por diferentes atores da arena em que se manifestam as controvérsias.

A repercussão da experiência e a ampliação de seu caráter público está, portanto, na origem do que permite problematizar uma questão observável em meio social (público ou privado). Nos termos de Dewey, a publicização de uma questão é consequência e, em pesquisa, é preciso entender os atos das quais decorre. Dito de modo genérico e abstrato, isto parece levar a um encadeamento retrospectivo infinito, a uma postura obcecada pelas origens; mas não se trata disso. Em verdade, trata-se de entender como uma situação chegou ao ponto em que passou a nos inquietar; por exemplo, em relação à maconha no Brasil de hoje, se quisermos entender as atuais reivindicações de mudança de normas relativas ao tema, precisaremos entender como a planta passou a ser considerada algo ruim e, mais tarde, como surgiram as condições para repercutir supostos aspectos positivos decorrentes de transações com esta mesma planta. Estes processos resultam de uma sucessão de atos descritíveis, mesmo que sejam bastante passados.

Mead e a objetividade da perspectiva e da percepção pragmatista

Isto posto, espero ter explicitado o caráter situado, temporário e dependente do conhecimento em relação à ação na filosofia pragmatista. Porém, ainda me parece necessário afirmar que o pragmatismo reconhece a perspectiva de quem fala. Não apenas compreende toda experiência como uma reinvenção incessante⁵, mas também aponta a

⁵ O que não descarta a existência de intervalos em que as atitudes são realizadas de modo “normal” (para falar como Goffman, 1971) ou no “piloto automático” (BECKER, 2007 [1998]). Em verdade, como Schutz e Luckmann (1973) afirmam: o “*taken for granted*” domina o “mundo da vida cotidiana” – isto que permite, por exemplo, que as pessoas utilizem um elevador sem refletir sobre como ele funciona e como elas deveriam agir em caso de pane. A atitude reflexiva sobre a incessante reinvenção da experiência, como destaca Becker (2007 [1998]), só é mobilizada em situações particulares que podem ser consideradas como “problema”. Continuando a metáfora do elevador, pode-se inferir que praticamente ninguém se pergunta como ele funciona todas as vezes que o acessa: Tem correias, propulsor, pistões ou outra tecnologia? Como suas portas se abrem? O que seus botões ativam exatamente? Como abri-lo, caso emperre? O que fazer em caso de pane? Porém, quando algum problema se manifesta, qualquer passageiro pode elaborar, muito rapidamente, essas e outras questões. Mais ainda: ele se colocará em ação, mais ou menos precipitada, só ou junto com eventuais parceiros no problema, nem sempre em coerência com o encadeamento lógico da reflexão à ação, mas eventualmente em simultânea reflexão-ação, outras vezes inversamente orientado da ação à reflexão, voltando ainda a agir até que sua própria destreza, a tecnologia do equipamento ou a administração de serviços volte a operar para restabelecer o funcionamento esperado e permitir finalmente a ascensão ou queda daquele momentaneamente desafortunado. A experiência pública e a vida, de uma maneira geral, apresentam-se de modo análogo ao passageiro de elevador. Os períodos de funcionamento

sua própria percepção como apenas uma no campo das possibilidades. Neste sentido, as referências se voltam a outro expoente pragmatista: George Herbert Mead.

Quando Dewey assumiu seu posto na Universidade de Chicago, no final do século XIX, seu colega Mead o acompanhou naquele Departamento de Filosofia que esteve por muito tempo fortemente relacionado ao Departamento de Sociologia da prestigiada instituição. Ele permaneceu trabalhando naquela Universidade por mais de 30 anos, até alguns meses antes de seu falecimento em 1931. A partir dali, Mead desenvolveu novos enfoques para o behaviorismo que o fazem reconhecido até hoje como um dos fundadores da “Psicologia Social” (LEWIS; SMITH, 1987).

Além de contribuições para a psicologia, filosofia e teorias da comunicação, Mead se envolveu muito com a formação de sociólogos que mais tarde seriam conhecidos como integrantes da 1ª geração da Escola [de Sociologia] de Chicago. Foram alguns de seus alunos sociólogos que reuniram notas tomadas em suas aulas e editaram um livro póstumo (MEAD, 1934) que, até o presente, dá boa parte da sustentação de sua presença na tradição escrita, segundo Ritzer (1987, p. 66).

Neste ambiente intelectual, Mead desenvolveu uma noção bastante importante para a pesquisa que inspirou este texto, trata-se da ideia de “perspectiva” que está diretamente relacionada com sua teoria do ato (MEAD, 1982, p. 27). O autor aponta quatro fases do ato, que podem ser traduzidas como: impulso, percepção, manipulação e consumação (MEAD, 1938). Não linearmente dispostas, estas fases constituem o processo elementar da ação humana, pois, segundo Mead (1938), os indivíduos agem com base nos estímulos sensoriais dos quais advêm o “impulso”; os mesmos sentidos

“normal” dominam a vida cotidiana, mas são as panes que estimulam a reflexão dos viventes. Um elevador que passasse mais tempo enquiçado seria insuportável, assim como uma vida de reflexão, pois, como disse o poeta, “o mundo não se fez para pensarmos nele” (Alberto Caeiro, heterônimo de Fernando Pessoa). As pessoas são mais propensas a pensar quando algo sai do seu enquadramento habitual no próprio mundo (ambiente) ou no ser que age sobre ele e sofre seus efeitos; mas em geral as pessoas operam no “piloto automático” e reinventam suas formas de atuar no próprio processo de agir.

permitem atingir uma “percepção” do que acontece para, *in continuum*, dar condições de refletir com base na bagagem de que o indivíduo dispõe e na possibilidade de efetivamente “manipular” o que acontece para melhor conhecer, decidir e, finalmente, “consumar” um ato. Nesta complexa teoria integrada das fases do ato humano, estão contidas duas noções centrais para a consecução dos objetivos deste texto.

A percepção é algo que vai além do que se diz e do que se faz, mantém relação com estímulos sensoriais, decorre deles e é habitualmente mais associada à visão, mas – como demonstra Mead – é um produto composto por um ou mais impulsos sentidos⁶. Sem constituir nenhum óbice à referida teoria, destaco que a percepção mobiliza ainda uma dimensão intuitiva tão associada aos sentidos quanto às emoções e ao exercício de cognição reflexiva. Percebe-se apenas aquilo que, de algum modo, afeta a quem percebe e gera uma reflexão mais ou menos profunda e durável.

Em seguida, vale destacar a noção meadeana de perspectiva – aqui empregada a partir do que o próprio Mead denominou de “natureza objetiva das perspectivas”. Segundo o autor,

[...] as perspectivas têm existência objetiva [...] a perspectiva não é subjetiva. Em outras palavras, ela é sempre um mundo perceptível dentro do qual cresce o que é subjetivo. O subjetivo é aquela experiência do objeto que tem lugar no indivíduo quando a realidade do objeto, pelo menos em alguns aspectos, mente [...] (MEAD, 1938, p. 114).

⁶ Este arrazoado se relaciona com a postulação de Merleau-Ponty (1945) no sentido em que o filósofo francês expõe a percepção como o que “inaugura e funda o conhecimento” (p. 40) por meio de uma intersecção de sentidos e experiências; mas toma muita distância da obsessão em negar a lógica cartesiana e, sobretudo, kantiana que, já em suas primeiras páginas, Merleau-Ponty (1945, p. 4-5) aponta como sendo responsável por uma negação da própria experiência de mundo. A fenomenologia de Merleau-Ponty insiste que a experiência existe a despeito da reflexão que se faz sobre ela. Deste modo, o projeto meadeano não se coaduna com a busca de Merleau-Ponty pelo “momento decisivo da percepção: o surgimento de um mundo *verdadeiro e exato*” (MERLEAU-PONTY, 1945, p. 85, itálico no original) que antecede a própria percepção. Em Mead, não parece haver uma preocupação com a ordem de sucessão experiência-percepção, do contrário, há uma perspectiva de simultaneidade.

Continuando, Mead (1938, p. 124) especifica o que entende por “objeto” e como isto se enquadra em sua noção de perspectiva: “[...] objeto é uma experiência na qual há uma relação definida e recorrente entre a experiência passada do organismo e suas expectativas futuras. [...] Toda uma configuração de objetos interligados constitui uma perspectiva”. O autor ainda sustentava – nas primeiras décadas do século XX – que as características de um objeto dependem do meio e da estrutura em que ele se encontra. Apoiando-se na postulação de Kant sobre as cores, por exemplo, afirmou que a qualidade “azul” só existe para organismos fisiologicamente aptos a reconhecer o “azul”. Porém, ele – assim como Peirce – argumentou que para um animal perceber algo como azul, também é preciso que o ambiente ofereça coisas capazes de refletir o azul no espectro. Do mesmo modo, a dureza de uma pedra é condição para que alguém tenha a experiência da dureza daquela pedra. Assim, fica fácil compreender que a mesma grama na perspectiva da vaca seja vista como comida e para muitos humanos habitantes de grandes cidades seja percebida como algo belo e verde que precisa ser regado, adubado e, eventualmente, cortado.

Assim como a ideia de percepção, a noção meadeana de perspectiva nos parece igualmente importante para a atividade de pesquisa sociológica, o que justifica mais dois destaques.

Primeiramente, é importante reconhecer que a pesquisa é tão somente o produto da perspectiva (ou das diferentes perspectivas) de um ou mais pesquisadores. Isto não quer dizer que eles inventem tudo sozinhos. Seguindo a teoria do ato de Mead, pode-se dizer que pesquisadores colhem indícios dos estímulos que sentem em seu ambiente de pesquisa, bem como captam algo do que se passa no ambiente acadêmico a que se vinculam. Assim, o relato da pesquisa, em sua forma de texto, tem também invenções de terceiros, mas cabe ao autor-pesquisador perceber estas invenções com seus próprios

sentidos, afetos e emoções para, em seguida, manipulá-las (no sentido meadeano) com base em uma bagagem teórica e metodológica que orienta a consumação das escolhas de palavras para representar percepções e de ordens para suceder a narrativa.

Deste modo, o pesquisador é o único responsável pelo que expõe e é importante que reconheça esta exposição como um ponto de vista acerca do problema. Ao falar de “ponto de vista” também prenunciamos a possibilidade da existência de “pontos cegos”; o que implica o reconhecimento de lacunas que só poderão ser preenchidas com outras leituras e formas de expressão (escritas ou não). Deste modo, a noção de perspectiva contribui para situar a pesquisa em um contexto bastante frequente em trabalhos atualmente apresentados como pós-modernos, pós-colonialistas ou pós-antropológicos, nos quais não se pressupõe que os pesquisados sejam passivos às investidas do pesquisador ou incapazes de produzir outras impressões sobre o problema⁷.

O relato de pesquisa é uma interpretação autoral que busca responder à normatização de produções acadêmicas, mas não pode esgotar o problema que analisa, além de dever reconhecer que “Toda forma de ver é também um modo de não ver” (BURKE, 1935, p. 49).

⁷ Neste sentido, a filosofia e as ciências sociais africanas são uma referência epistemológica importante. Analisando a produção filosófica, Houtondji (2008, p. 151) afirma que “[...] os autores partiam do princípio de que os africanos não tinham consciência da sua própria filosofia e que apenas os analistas ocidentais, que os observavam a partir do exterior, poderiam traçar um quadro sistemático da sua sabedoria”. Este ponto de partida se alastra para muitas ciências que, de um modo geral, parecem partir da ideia de que africanos não tinham “consciência”, isto é, não conheciam seu próprio conhecimento e careciam da interpretação exógena do colonizador para tomar conhecimento. Muitos intelectuais africanos se insurgiram contra essa epistemologia colonizada, o próprio Houtondji propõe a superação de uma prática científica que ele chama de “extravertida”, voltada para o Ocidente e publicada em línguas estrangeiras (principalmente inglês e francês). Em antropologia, as críticas também se multiplicam e o pressuposto da alteridade é colocado em questão. Como afirma Borges et al. (2015), acerca da obra de Archie Mafeje, postula-se uma “ontologia combativa” (baseada em “etnografias endógenas”) que não seja orientada por separações disciplinares exógenas. Mais do que interdisciplinar, a pós-antropologia de Mafeje seria “não-disciplinada”, segundo Borges et al. (2015, p. 360). Assim, o que se produz em conhecimentos africanos, como os de Houtondji e Mafeje, é uma ciência indisciplinada que se performa não apenas com base em fatos e discursos, mas na fronteira de conhecimentos endógenos que reúnem elementos distintos para dar sentido ao que se vive. Este trabalho é, em muitos aspectos, influenciado por mais esta epistemologia que procura superar a grande objetivização divisória entre “eu” e “outro”, “pesquisador” e “pesquisados”, bem como reconhece uma multiplicidade de compreensões possíveis sobre o mesmo problema. Adiante, tentar-se-á demonstrar o quanto a mencionada objetivização divisória é obsoleta no desenvolvimento da pesquisa aqui relatada.

Em segundo lugar, a noção de perspectiva de Mead é muito importante porque se liga diretamente à sua concepção de objeto. Segundo Mead (1938, p. 132-3), “[...] objetos são constituídos no interior de perspectivas” e “[...] um objeto só é objetivo na perspectiva de uma comunidade”. A interdependência destas noções atesta que qualquer perspectiva tem uma dimensão determinada pelo caráter objetivo da situação experimentada por um ou mais indivíduos. Neste sentido, Mead se afasta bastante de um arrazoado clássico da sociologia francesa, segundo o qual, os “fatos sociais” teriam uma natureza particular e poderiam ser tomados como “coisas” que preexistem à experiência de intervenção investigativa.

Na concepção meadeana de “natureza objetiva da perspectiva”, o objeto é parte da experiência que temos com ele e isto produz um quadro teórico extremamente importante para a história e a prática de pesquisa em ciências sociais sobre problemas públicos, pois revela tão-somente que o agente da pesquisa é também parte do seu objeto.

Gusfield e os estudos da performance – ou – Como é mesmo que um problema se torna público?

Em que pese o exposto até aqui, ainda não justifiquei o título escolhido para este artigo. Para tanto, retomo as ideias-chave deste texto, que são: “como”, “tornar-se” e “problema” (ou, mais especificamente, “problema público”).

Em primeiro lugar, ecoando Becker (2012, online), destaco que as funções gramaticais do “como” diferem bastante de outros elementos frequentes nas investigações sociais, tais como o “que” e o “por que”. Ao iniciar este texto com o advérbio “como”, que indica mais forma que substância, busquei evitar a cristalização ou essencialização das questões que pretendo tematizar. Associando esta noção à forma reflexiva do verbo “tornar-se”, tentei ressaltar – desde o princípio – que o enquadramento de uma situação em termos de “problema público” decorre de um processo, isto é, de uma sucessão de

realizações (não apenas discursivas) que competem para algo estar sendo o que está sendo.

Considerando que a noção de “público” tenha sido relativamente bem apresentada, ainda vale ressaltar que sua utilização enquanto qualificativo de um “problema” decorre da compreensão de problema como objeto matemático que corresponde a uma situação indeterminada e constitui o que Dewey (1993 [1938], p. 105) afirma ser “o ponto de partida de qualquer indagação, ou seja, uma situação indeterminada [...] se torna problemática no próprio processo de indagação”. A matemática euclidiana já ensina desde a Antiguidade Clássica que problema é diferente de dúvida; o problema – nesta perspectiva – é a própria questão levantada para investigação, consideração, discussão, tomada de decisão ou encaminhamento de solução. Assim, podemos afirmar que um problema para existir precisa ser percebido e, conseqüentemente, ele só se torna digno do qualificativo “público” quando é percebido por pessoas que não estão diretamente relacionadas a ele.

Aqui, consideramos que já seja possível entender bem que dirigir sob efeito de bebida alcoólica nem sempre tenha sido um problema, muito menos um problema público. Dito de outro modo e, certamente, com mais precisão e sofisticação, esta foi uma das principais indagações que o sociólogo Joseph R. Gusfield elaborou nos Estados Unidos, notadamente em seu importante livro sobre a cultura dos problemas públicos (GUSFIELD, 1981), que pretendo passar em revista antes de apresentar meus próprios achados acerca de como a maconha se tornou um problema público no Brasil.

Assim como Erving Goffman e Howard Becker, Gusfield fez sua trajetória de pós-graduação na cidade de Chicago do final dos anos 1940 ao início da década seguinte, tendo, portanto, estudado com o que naquele momento já era uma “velha guarda” da Escola de Chicago. Dos três, a obra de Gusfield é a única que não ultrapassou a barreira

da tradução para o português. Nenhum de seus livros foi publicado em língua portuguesa e as referências à sua literatura ainda são pouco frequentes entre cientistas sociais lusófonos. Deste modo, suas contribuições para a análise dos movimentos sociais ainda nos são relativamente estranhas no Brasil, mesmo que possamos encontrar boas versões em francês (GUSFIELD, 2008 [1981] e 2012 [1989]) e espanhol (GUSFIELD, 1994). Antes de discorrer sobre as diferenças que este autor pontua nas metáforas teatrais de Goffman e de Kenneth Burke, vale ressaltar que sua obra se dedica a questões que demonstram a minimização do caráter “natural” ou “normal” de determinadas situações que são definidas como opostas ao “interesse público” e que, portanto, “devem ser erradicadas ou atenuadas pela ação pública” (GUSFIELD, 2012 [1989], p. 113). A este tipo de situação, Gusfield dá o nome de “problema social”.

Em sua perspectiva, um tema recorrente é o dos controles das transações com álcool nos Estados Unidos. Em Gusfield (1981 e 2012 [1989]), o cerne da preocupação parece ser a busca de responder como uma determinada configuração de significados relativos a um tipo de situação se tornam incontestáveis. Para tanto, a noção de “propriedade do problema” é muito importante, mostrando-se alinhada com a compreensão de Dewey (1927), como demonstra o trecho a seguir:

“Ser proprietário” de um problema (GUSFIELD, 1981), é se ver investido do reconhecimento e das obrigações que lhe são associadas para assegurar um elevado grau de atenção e credibilidade conferido tanto pela existência do problema quanto pelas informações e ideias que lhe concernem. “Ser proprietário” de um problema social, é deter a autoridade de enunciar que uma situação é “problemática” e propor algo para remediá-la. É ter o poder de orientar e dirigir a organização dos recursos – leis, opiniões, meios de aplicação, bens e serviços – para contribuir com a solução do problema. [...] No séc. XIX e início do XX, as igrejas protestantes eram as principais “proprietárias” do problema do álcool. Elas perderam este *status* ou tiveram de compartilhá-lo com instituições médicas, governamentais e universitárias. As indústrias de cerveja, vinho e os espirituosos têm tentado acabar com a propriedade do problema por meio de slogans, como “o erro é do homem e não da garrafa” (GUSFIELD, 2012 [1989], p. 118-9).

Quando os significados de um problema são contestados e disputados, a “propriedade” é ameaçada e, à medida que a contestação cresce e ganha publicidade, é possível que o estado de consenso moral associado à propriedade do problema seja rompido. Em caso de ruptura, não há mais ninguém ou nenhum grupo em condição de “articular, definir e controlar as situações de um modo aceitável para o conjunto da sociedade” (GUSFIELD, 2012 [1989], p. 128). Esta ruptura se dá, segundo Gusfield (1981), por meio de operações dramáticas, narrativas e retóricas. Esta tríplice e simultânea operação que dramatiza, descreve e busca convencer ou persuadir⁸, demonstra a atenção do autor não apenas às articulações discursivas, mas também aos gestos ou, em uma palavra, pode-se dizer que Gusfield volta sua atenção à performance que caracteriza a publicização de um problema por ângulos distintos e capazes de abalar o consenso de ordem simbólica que sustenta sua propriedade. Em texto posterior, Gusfield (2012 [1989]) amplia o raciocínio para problemas que ultrapassam largamente o quadro do alcoolismo, fazendo referência à entrada de certas condições no campo do Direito e do Estado. Os exemplos são numerosos: deficiências físicas, mulheres, crianças, homossexuais, pessoas privadas de liberdade, dependentes químicos, etc.

Gusfield (2000) aprofundou a análise da dimensão performática do processo de disputa de significados que possibilita a ruptura da propriedade de um problema público. Ele toma todo o comportamento humano como performance, revelando “[...] semelhanças entre ações planejadas ou encenadas do mundo da arte [...] com a performance não-teatral” (GUSFIELD, 2000, p. 2). Reconhecendo a influência dos primeiros trabalhos de Goffman, Gusfield ensaia um distanciamento desta fase

⁸ Convencer e persuadir são diferentes meios de vencer uma disputa discursiva, suas diferenças são apontadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2009 [1958]), retomando a tradição aristotélica. Ambos os termos representam a vitória de uma forma particular de compreender uma questão, a etimologia ajuda a entender o efeito de “vencer junto com outras pessoas” como sendo algo próprio à ideia de “convencimento”; enquanto a noção de “levar outrém a seguir uma opinião” é algo que está mais relacionado com a “persuasão” e não decorre necessariamente do compartilhamento de compreensões.

goffmaniana porque a considera muito sujeita à preocupação com o “gerenciamento das impressões” dos atores pelos próprios atores. Afirma que somente em fase posterior, Goffman (1974 e 1981) elabora algo que conceitualmente o aproxima mais, tanto do próprio Gusfield quanto de Kenneth Burke.

O distanciamento de Gusfield em relação a Goffman se deve ao interesse de compreender tanto os significados de quem realiza quanto aqueles de quem assiste à performance, posto que ela “[...] cria a ocasião e a oportunidade para que quem a vê interprete em termos e entendimentos que podem estar deslocados ou ser contraditórios às intenções do ator” (GUSFIELD, 2000, p. 6). Assim, em contraponto aos primeiros trabalhos de Goffman, Gusfield se interessa pelo público e não pelos atores, pelo jogo e não pelos jogadores, à moda que ele reconhece herdar do mencionado Kenneth Burke, mas não ignora a presença de sujeitos treinados nas apresentações performáticas.

Na chave analítica da performance, a que Gusfield (2000) chegou na reta final de suas investigações, o público não apenas se constitui em situações públicas como também é capaz de alterá-las. No mundo das artes, uma das fontes importantes da noção de performance, sabemos que enquanto não há público, tem-se ensaio, preparação, treinamento ou alguma outra coisa, mas não performance. Contudo, não se espera do público de uma performance o que Goffman (2012 [1974], p. 169) atribui como expectativa em relação à plateia teatral, à qual “só se pode pedir atenção, consideração e o pagamento da entrada”. A performance – mais do que as peças de teatro – anseia um “público integral” (nos termos de SCHECHNER, 1988) que possa contribuir para alterar o desenvolvimento do espetáculo planejado. As ações e reações do público são, portanto, decisivas para a realização performática⁹. Espera-se muito mais que atenção e

⁹ Um exemplo de reordenamento do curso da performance que decorre da intervenção do público é o de Marina Abramovic, que se dispôs a passar seis horas imóvel em uma sala de exposições, junto a 72 objetos que o público poderia utilizar para intervir em seu corpo. Segundo Bonfitto (2013, p. 125-6), “Dentre os objetos dispostos sobre a mesa, há uma pistola carregada com balas verdadeiras, uma rosa, um frasco de

consideração de um público performático; bem como muitas vezes é dispensado o pagamento de entrada.

Seguindo Gusfield (2000), optei pela investigação de ações coletivas em termos de performance em detrimento de outras possibilidades correlatas, como rituais e representações. Há vários caminhos para justificar esta escolha. Primeiramente, a performance nos parece mais adequada para abordar o ato como sendo uma realização teatralizada com roteiro e papéis definidos de modo dinâmico, por meio de acordos efêmeros e fluídos que orientam *performers* e espectadores a ocupar um palco que não estabelece barreiras físicas entre uns e outros, onde se produz a hibridização dos papéis que faz da figura do manifestante em ação coletiva uma espécie de “espect-ator” (BOAL, 1999)¹⁰. Em seguida, vale destacar que a noção de performance supera as fronteiras do ritual, cuja realização responde a obrigações e constrangimentos rotinizados nas relações entre seus executores. A noção de representação, por sua vez, carrega uma dimensão de falsete: quem representa tem um papel pré-definido, sabe que está representando, o que e como representar, carece de um grande treinamento. A representação (ou encenação, como também se chama no mundo do teatro) é um ato para profissionais. Diz-se

perfume, um sino, correntes, alfinetes, tesouras, canetas [...] a exploração do risco e do descontrole se dá através da liberdade total concedida ao público, que poderia interagir como quisesse. As dinâmicas comportamentais que envolveram o coletivo de pessoas presentes no Studio Morra variaram do extremo cuidado à agressividade mais brutal. Os espinhos do cabo da rosa são usados para arranhá-la produzindo sangramentos, a gilete produz igualmente cortes e o seu sangue é literalmente chupado por membros do público; suas roupas são rasgadas e a pistola carregada de balas é colocada em suas mãos e virada para a cabeça com o seu dedo posicionado no gatilho. A certo ponto, a performance é interrompida pelos organizadores preocupados com os desdobramentos que poderiam emergir da violência crescente manifestada pelo público”. Trata-se da última performance da série *Rhythm*, realizada pela artista em 1974, em Nápoles.

¹⁰ Como um intruso neste território bibliográfico, o teatrólogo brasileiro Augusto Boal é omitido nos citados textos de teatro ou de intercessão entre teatro e ciências sociais. Contudo, a noção de “espect-ator” que emprega em seu “Jogos para atores e não-atores” (BOAL, 1999), apesar de não reconhecer no público do teatro uma plena capacidade de desempenhar diferentes papéis, aponta algumas circunstâncias em que este público pode ser “enganado” (para usar um termo de GOFFMAN, 1974) e representar sem saber que representa. Com base nessa transmutação do papel da plateia, Boal desenvolveu o “teatro invisível”; mas tentou (com o “teatro-fórum”) superar a enganação do público convidando membros da audiência a se envolver em espetáculos que tratavam de diversos modos de opressão. Seu convite ao público buscava conscientemente alterar os finais de suas peças. Muitas destas experiências estão descritas no texto citado (BOAL, 1999), merecendo destaque aquelas desenvolvidas em França, Suíça e Itália, quando o autor vivia sob asilo político na Europa.

cotidianamente que as pessoas apresentam: estudantes apresentam trabalhos, trabalhadores se apresentam para o serviço, interlocutores se apresentam uns aos outros, jornais apresentam notícias, ciências apresentam conhecimentos, livros apresentam histórias, programas midiáticos têm apresentadores etc. A representação fica reservada ao mundo profissional da fantasia; até mesmo quando se trata de uma representação eleita por representados – caso em que habitualmente não se consulta os representados para validar uma encenação em nome do coletivo a que se representa.

Além das referências já mencionadas, a pesquisa empreendida a partir da Marcha da Maconha também é tributária da sociologia cultural, de Jeffrey Alexander, da qual se extrai a ideia de que uma “[...] performance de sucesso depende da habilidade de convencer outras pessoas de que a performance é verdadeira” (ALEXANDER, 2006, p. 33). Ponderamos o modelo de Alexander, inspirando-nos nele, mas tomando alguma distância ao tematizar o “sucesso da performance” a partir de uma revisão da categoria “fusão” – aqui entendida como efeito de uma performance sobre aqueles que são inicialmente afetados por ela na condição de espectador, mas que passam a desempenhar algum papel de maior relevância que o da maioria da plateia. Isto guarda bastante analogia com a aplicação da noção de “eficácia” sobre o “público integral” da teoria da performance desenvolvida por Schechner (1988). Ademais, acrescentamos ao modelo uma ideia de “difusão” que compete para o “sucesso dos performers”. Observando fusão e difusão nas performances da Marcha da Maconha, tentamos entender seu sucesso e eficácia.

A fusão é o que liga *performers* e espectadores, enquanto a difusão¹¹ emergiu na pesquisa como sendo uma noção útil para expressar as capacidades disponíveis em alguns

¹¹ Como bem observa Bringel (2011, p. 57), “A noção de 'difusão' tem uma longa trajetória no estudo dos movimentos sociais nos Estados Unidos e é utilizada por Tarrow (2005; 2010) como aqueles elementos e mecanismos que permitem entender como discursos, demandas, experiências e repertórios de protesto se disseminam entre diferentes lugares, em alguns casos muito distantes uns dos outros”. Assim, é mais uma

performers para adaptar suas falas e gestos em função dos diferentes palcos e audiências em que se apresentam. Estas duas características se mostraram fundamentais para o sucesso das performances que observamos. O emprego destas ideias segue uma perspectiva metafórica e, portanto, não se espera que a fusão gere plena dissolução das partes em um todo homogêneo, mas apenas referencie a capacidade de “engrossar o caldo” e ampliar a Marcha com a inserção de novos espect-atores que continuam a traçar suas trajetórias individuais, apesar de sua integração com uma causa coletiva. Por outro lado, a noção de difusão referencia as possibilidades dos ativistas atingirem outros públicos que não costumam estar por onde sua ação coletiva passa, mas que se sensibilizam com suas performances em outras situações. Em muitas performances dos marchadores da maconha, por exemplo, é, por vezes, difícil identificar elementos comuns aos que utilizam em suas principais Marchas, mas é justamente a capacidade de adaptação que amplia as possibilidades de “transportação”¹² e permite que uma mesma causa chegue a diferentes públicos.

Ao focar a performance nesta perspectiva, busquei empreender um trabalho de análise acerca de um problema público que fosse além do fetiche sociológico da suspeita que pressupõe a incontornável existência de algo por cima, por baixo ou por trás que determina o curso de uma ação. Com isso, tentei evitar a obsessão do que muitos sociólogos apontam em termos de “estrutura” e outros – que não depõem os termos – parecem também empregar. A descrição e análise da performance de uma ação coletiva não é limitada às aparências: ela foca no que se faz, tentando entender o quê, quem,

vez notável a relevância da “*contentious politics*” para o enfoque de práticas abordadas neste trabalho. Para Tarrow, há três formas principais de difusão: relacional (com interação humana direta), não-relacional (mediada por mídias, por exemplo) e mediada por terceiros. Na ação dos marchadores da maconha, observa-se as três formas de difusão.

¹² Importante noção (*transportation*) dos estudos de performance empreendidos pelo antropólogo e dramaturgo Richard Schechner (1985 e 1988, por exemplo); cujo sentido, a grosso modo, pode ser apresentado como análogo à transformação ritual e se encontra na base da condição de eficácia da performance nos referidos trabalhos do autor.

quando, onde, por que, com quem, contra quem e como se faz. Espera-se que estas questões permitam dar a conhecer não apenas as condicionantes da estrutura, mas também a dimensão de agência que impele *performers*, espectadores e outros colaboradores a tomar parte em atos e falas que se sucedem em um lugar e tempo específicos.

Assim, o conjunto de questões a atentar na tentativa de descobrir como um problema se torna público é vasto e complexo, pressupõe que ele afete a quem não está diretamente envolvido e que mobilize argumentos cognitivos, capacidade narrativa, retórica e performática, recursos, interesses e habilidades de diferentes agentes que propõem uma ou mais soluções e se empenham para responsabilizar agentes intermediários a adotar e implementar as respostas que oferecem ao problema. Dentre os intermediários do público, destacam-se as instituições estatais geralmente provocadas para assunção de responsabilidades de resolução de problemas públicos. Neste sentido, o trabalho de Gusfield é um dos que nos parecem muito importantes para que percebamos que a ação coletiva sobre problemas públicos não se faz apenas com aspectos racionais, conflitos, disputas e lutas, mas também com outras emoções, cooperação e criatividade.

Síntese dos achados na pesquisa sobre a maconha e sua Marcha

O Movimento Marcha da Maconha é composto por diversas pessoas, grupos e organizações que realizam marchas homônimas seguindo o modelo da *Global Marijuana March* (Marcha Mundial da Maconha) iniciada em Nova York no ano de 1998. A Marcha é a principal manifestação do movimento que ganhou este nome e que, em resumo, surgiu com a finalidade de “sensibilizar a população sobre a necessidade de discutir alternativas à proibição da maconha”¹³. Desde 1999, estas manifestações têm se multiplicado por diversas partes do mundo, tendo chegado ao Brasil pelo Rio de Janeiro – cidade que

¹³ Cf.: Movimento Marcha da Maconha. Carta de Princípios. Disponível em: <<http://blog.marchadamaconha.org/carta-deprincipios-da-marcha-da-maconha-brasil>>. Acesso em: 13 de set. 2012.

sediou a primeira destas Marchas no país, em 2002¹⁴. Presentemente, o Movimento continua sua atividade, mas passou por uma alteração de objetivo, cujos termos atuais afirmam que “A Marcha da Maconha Brasil é um movimento social, cultural e político, cujo objetivo é levantar a proibição hoje vigente em nosso país em relação ao plantio e consumo da cannabis, tanto para fins medicinais como recreativos”¹⁵.

Como já introduzi neste texto e afirmei em alguns outros, esta atenção de diversas pessoas a uma situação que é vista como perniciosa é parte do processo que as move a investigar causas, efeitos, responsáveis e alternativas de mudança. O conjunto deste processo contribui para a condução de um “estado de coisas” à condição de “problema público”, na acepção pragmatista que venho empregando. Com relação específica à maconha e sua Marcha, vale repetir que

Depois de ser associada a diferentes projetos de desenvolvimento econômico, a maconha passou à condição de “problema público”. Assim, ela foi tematizada por médicos e cientistas que influenciaram a adoção de uma legislação proibitiva. Em seguida, a relação de médicos com autoridades do Brasil e do exterior contribuiu para o recrudescimento das leis e a multiplicação de penas. Contudo, a repressão alimentou resistências que, desde o final dos anos 1970, ocupam cada vez mais espaço público e formam um lastro sobre o qual se desenvolvem as controvérsias contemporâneas sobre o tema.

Com a redemocratização do país e a emergência da questão no cenário internacional, a comunicação entre atores com novos interesses relativos à maconha conduziu à formação de núcleos de cooperação mútua, visando a alterar arranjos institucionais, jurídicos, políticos e sociais que favoreçam a superação dos prejuízos causados pelas transações com a cannabis. (BRANDÃO, 2014a, p. 733)

¹⁴ De acordo com mensagens eletrônicas trocadas por organizadores de Marchas da Maconha nesta época por meio de um grupo de discussões pela internet: GMM-MMM Yahoo Group with public archive. Disponível em: <<http://health.groups.yahoo.com/group/mmmworld/>>. Acesso em: 16 de jul. 2012. Igualmente repertoriada em recente inventário do movimento internacional. Disponível em: <http://cannabis.shoutwiki.com/wiki/Global_Marijuana_March_2002_map>. Acesso em: 28 de ago. 2016. Porém, há relatos que remontam ainda mais esses primórdios no Brasil, com uma edição isolada da Global Marijuana March, igualmente no Rio de Janeiro, no ano 2000. Disponível em: <https://youtu.be/OjWYqHjv_ys>. Acesso em: 30 de ago. 2016.

¹⁵ Disponível em: <<http://blog.marchadamaconha.net/carta-de-principios-da-marcha-da-maconha-brasil>>. Acesso em: 26 de ago. 2016.

O ápice da publicização deste problema, na perspectiva que venho empregando, é inversamente dirigido ao grau de envolvimento de seus agentes com as causas e efeitos do próprio problema. Isto é, o problema que investigo é tanto mais público quanto mais gente não diretamente envolvida com maconha se engajar em processos de reivindicação de mudanças relativas à questão.

Ao longo de minha investigação doutoral (BRANDÃO, 2017), cheguei a quatro conclusões que me parecem importantes sumarizar aqui. Inicialmente, sintetizei uma longa história de controvérsias sobre maconha no Brasil (conclusão primeira), indicando a existência de quatro ciclos de atenção sobre os quais já tematizei em diferentes oportunidades (BRANDÃO, 2014a, 2014b, 2016). Demonstrei como cada ciclo publicizou a maconha a partir de argumentos e interesses distintos, focados na economia, na medicina, na segurança pública e no direito à liberdade. Em seguida, expus o processo de alteração deste movimento e de sua principal reivindicação coletiva que ocupava o que os marchadores chamavam de “lugar de maconheiro” e passou ao que eu próprio denominei de “corredor dos movimentos sociais” na cidade de Recife entre 2008 e 2016 (conclusão segunda). A Marcha da Maconha ampliou sua integração com outras causas sociais. Esta mudança foi acompanhada de riscos que podem conduzir a um resultado muito diferente do que pretendem os organizadores da Marcha (conclusão terceira), pois a atual conjuntura nacional tem sido bastante restritiva aos movimentos sociais. Por fim, percebi o que me pareceu mais importante: a alteração de normas não depende apenas do que se diz sobre um tema, mas também do que se faz e de como as pessoas se sentem na tentativa de alterar o quadro em que se inserem (conclusão final).

A conjunção entre o que é dito e feito constitui a performance que, neste caso, tem mudado bastante, levando-me a postular a vivência atual de uma fase de reinvenção que aproxima a Marcha da Maconha de um ato de “desobediência civil”, notadamente a partir

da promulgação da Lei nº 13.260/2016 (BRASIL, 2016), conhecida como Lei Antiterrorismo, que amplia as prerrogativas para a tipificação criminal de algumas atividades comuns em meio aos movimentos sociais.

Como já foi apontado, sabemos que, em performances, o público tem papel decisivo para o desenvolvimento do ato performático e isto foi o que pude constatar, por exemplo, quando assisti à apresentação de pessoas doentes em Marchas da Maconha. Estas apresentações – de pessoas que chegavam ali sem ter participado da organização da manifestação e distantes de qualquer associação com a ideia de “liderança” – emergiriam como um valor importante para o Movimento. Destaco o caráter performático e justifico a denominação destas intervenções em termos de “apresentação” porque considero mais apropriado para ressaltar que a análise do que estas pessoas doentes fizeram ali seria bastante deficitária se eu atentasse apenas para suas “falas”. Uma destas apresentações começou quando uma jovem se levantou de uma cadeira de rodas e se aproximou de um microfone para dizer, dentre outras coisas, que há dois anos não poderia estar ali porque não caminhava devido à debilitação física que sofrera a partir de uma doença rara que teve seu curso alterado pelo tratamento à base de produtos derivados da maconha. Acompanhada pelos pais e pelo médico que lhe prescrevera o tratamento que ela relatou brevemente, aquela foi a intervenção mais aplaudida na concentração da Marcha da Maconha em Recife no ano de 2015.

Desde os primórdios destas Marchas no país, tem sido progressiva a participação neste Movimento de pessoas que tratam problemas de saúde com produtos derivados de maconha. Em algumas edições da Marcha, estas pessoas e, principalmente, alguns de seus amigos e familiares têm organizado o que se tornou conhecido como “alas terapêuticas” (ou “alas medicinais”) da Marcha da Maconha, nas quais se apresentam de modo cada vez mais planejado para atender eventuais necessidades especiais deste público. Em 2018,

na capital pernambucana, a ala contou inclusive com um caminhão adaptado em forma de vagões de trem no qual estas pessoas seguiram o percurso da manifestação sem ter de fazer esforços físicos impossíveis para algumas delas e devidamente protegidas do sol e da chuva.

Segundo muitos participantes, o que há de mais emocionante nestas manifestações é ver e ouvir falas e gestos de quem ganhou novos potenciais de vida a partir do tratamento com produtos derivados de maconha. Isto tem sido capaz de afetar atores, espectadores e algumas outras pessoas que não se envolvem diretamente com a performance, mas são informados sobre ela pela mediação de terceiros. Em diversas ocasiões, fui interpelado – como alguém que estuda a Marcha da Maconha – para ouvir interlocutores afirmarem que havia sido muito bonita a apresentação de algum destes personagens. No ano de 2018, o tal caminhão recifense em forma de trem, apelidado “Trenzinho da Saúde”, foi motivo de muitos comentários que demonstravam a boa impressão causada em quem não acompanhou pessoalmente aquela Marcha da Maconha, mas – como eu – soube dela por meio de fotos e notícias veiculadas em redes sociais e na imprensa.

Assim, além de organizadores e/ou lideranças do Movimento enfocado, prestei especial atenção a algumas pessoas que chegaram à performance como parte do público e a pessoas que nem chegaram até a Marcha, mas formaram alguma opinião sobre ela; compreender as trajetórias e impressões de algumas delas foi tão importante quanto investigar a ação de protagonistas do Movimento que eu estudei.

Perceber mudanças em pessoas que não acompanhavam a Marcha da Maconha me permitiu também constatar a emergência de uma nova moral e uma relativa “reversão do estigma” (BRANDÃO, 2013) associado a esta planta e seus usuários, o que me permite

afirmar que tem voltado¹⁶ a ser cada vez mais normal lidar com maconha em Recife, onde aprofundi minhas observações sobre o problema da maconha.

Abordando a Marcha da Maconha sob a perspectiva da performance de reivindicação coletiva de mudanças sobre um problema público, pude também perceber que – por melhor que fossem os argumentos mobilizados pelos sujeitos que organizam, realizam e defendem esta Marcha –, o que se diz não é suficiente para explicar a vitalidade desta manifestação. É preciso unir o dito com o feito para poder comunicar e, sobretudo, para gerar alguma possibilidade de convencimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, restabelecerei a síntese das principais categorias teóricas que tematizei a partir do pragmatismo e dos estudos da performance que apliquei à investigação do Movimento Marcha da Maconha.

Em primeiro lugar, relembro que focar a maconha e sua Marcha como um problema público pressupôs um esforço inicial de entender o processo pelo qual se difundiram as ideias segundo as quais o atual ordenamento das transações com esta planta e seus derivados estaria gerando efeitos danosos aos indivíduos envolvidos com estas transações e à sociedade como um todo que – mesmo não estando completamente envolvida – sofria efeitos análogos. Este processo é longo e nos permitiu depreender ciclos em que, inicialmente, a planta era enfocada como remédio econômico e medicinal; depois passou a ser considerada como elemento deletério da humanidade (causa de morbidez e degeneração); para, em seguida, ser alvejada por políticas de segurança que

¹⁶ Emprego a ideia de “volta à normalidade” porque abundam indícios de que as transações com a planta eram comuns e correntes na região pelo menos até a primeira metade do século XX. Apenas para citar um clássico regional, destaco que Gilberto Freyre (1933) ratificou as ideias de Querino (1916) sobre o fato da planta não ser uma particularidade da cultura negra, elevou a planta a uma condição mais importante na cultura local (FREYRE, 1937) e chegou a colocá-la ao lado da cana-de-açúcar no rol de plantas que marcam o Nordeste (FREYRE, 1960). A perseguição às transações com a planta na região – como em todo o país – só se alastrou sob a ditadura varguista e se intensificou ainda mais na ditadura iniciada nos anos 1960; antes disso a planta foi vista como remédio para males econômicos e para a saúde humana.

fizeram desta e de outras drogas os motivos de uma guerra que apenas eufemisticamente é tratada como “guerra às drogas”; e, finalmente, como paradoxo da ação, o auge da repressão contribuiu para elevar o tom das insatisfações, articular indignações e organizar contestações públicas coletivas que a partir dos anos 1970 se desenham no país (em forma de encontros universitários, debates médicos e jurídicos, blocos carnavalescos e produções artísticas) até chegar à adesão nacional ao Movimento Marcha da Maconha nos anos 2000.

Esta profusão de ideias, valores e práticas relativas à maconha, ocupando diferentes níveis de repercussão, demonstra que não há mais no país um ator ou um conjunto de agentes que possam ser identificados como “donos do problema”. Deste modo, a ruptura da propriedade do problema gerou uma indeterminação que contribui para uma republicização da questão e, atualmente, os valores positivos associados às transações com maconha estão no seio de uma disputa de significados sobre o tema que é, por um lado, apontado como elemento deletério da saúde humana e das relações sociais e, por muitos outros, tem se elevado à condição de medicamento, *commodity* natural, fonte energética, recurso econômico e muitas outras características majoritariamente assignadas como positivas para a vida em sociedade.

Esta indeterminação é o que transforma a questão em problema, não existe uma única resposta possível e a repercussão de diferentes operações narrativas, retóricas e performáticas que estão se desenvolvendo em torno do tema é o que permitirá definir qual ou quais propostas de solução serão experimentadas.

Por fim, vale dizer que o fato deste problema não incidir apenas sobre quem está diretamente relacionado a ele é o que lhe assegura as condições de publicidade na perspectiva em que o enquadrámos neste texto.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey. Cultural pragmatics: social performance between ritual and strategy. In: ALEXANDER, J. et al. (ed.). **Social performance: symbolic action, cultural pragmatics and ritual**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 29-90.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007 [1998].

_____. Rendre la sociologie pertinente pour la société. **SociologieS** [Online], Débats, La situation actuelle de la sociologie, mis en ligne le 09 mai 2012. Disponível em <http://journals.openedition.org/sociologies/3961>. Acesso em 23 mar. 2018.

BORGES, Antonádia et al. Pós-antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. **Sociedade e Estado**, vol. 30, n. 2, maio-agosto 2015. p. 347-369.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. A “reversão do estigma” na Marcha da Maconha em Recife. In: **XVI Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2013, Salvador. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia - A sociologia como artesanato intelectual, 2013.

_____. O “problema público” da maconha no Brasil: anotações sobre quatro ciclos de atores, interesses e controvérsias. **Dilemas**, v. 7, p. 703-740, 2014a.

_____. Ciclos de atenção à maconha no Brasil. **Revista da Biologia**, v. 13, p. 1-10, 2014b.

_____. Os ciclos de atenção à maconha e a emergência de um “problema público” no Brasil. In: MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho. (Org.). **Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade**. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2016, v. 1, p. 103-132.

_____. **Dito, feito e percebido: controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha**. Tese [Doutorado em Sociologia]. Recife: UFPE e EHESS, 2017.

BRASIL, Presidência da República Federativa do. **Lei nº 13.260**, de 16 de março de 2016. Brasília: Presidência da República, 2016.

BURKE, Kenneth. Performance and Change. In: _____. **Attitudes Toward History**, vol. 1, 1935. p. 95-207.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de. Drama, ritual e performance em Victor Turner. In: **Sociologia & Antropologia**, vol. 3, n. 6, Julho-dezembro de 2013. p. 411-440.

CEFAÏ, Daniel. **Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective**. Paris: La Découverte, 2007.

CHATEAURAYNAUD, Francis. A captura como experiência: investigações pragmáticas e teorias do poder. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.32, n. 95. São Paulo, 2017. Disponível em <<https://dx.doi.org/10.17666/329504/2017>>. Acesso em 16 out. 2017.

CORRÊA, Diogo Silva; DIAS, Rodrigo de Castro. Crítica e os momentos críticos: De La Justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. **MANA** 22(1): 67-99, 2016. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132016v22n1p067>>. Acesso em 16 out. 2017.

DEWEY, John. **Democracy and Education**. The Middle Works, vol. 2. SIU Press, 1976 [1916].

_____. O desenvolvimento do pragmatismo americano. **Sci. stud.** Vol. 5, n. 2. São Paulo, abr./jun. 2007 [1922]. p. 227-243.

_____. **The Public and Its Problems.** New York: Henry Holt and Co., 1927. [citado a partir de edição francesa: *Le public et ses problèmes.* Paris: Gallimard (collection Folio Essais), 2010.]

_____. Philosophy's Search for the Immutable. From the quest for certainty. In: _____. **The essential Dewey**, vol. I – Pragmatism, education, democracy. Bloomington: Indiana University Press, 1998 [1929]. p. 102-112.

_____. Context and Thought. In: _____. **The essential Dewey**, vol. I – Pragmatism, education, democracy. Bloomington: Indiana University Press, 1998 [1931]. p. 206-216.

_____. **Logique.** La théorie de l'enquête. Paris: PUF, 1993 [1938].

FREIDSON, Eliot. **Professional Powers.** Chicago and London: The University of Chicago Press. 1986.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala.** 48ª ed. São Paulo: Global Editora, 2003 [1933].

_____. **Nordeste.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

_____. **Sugestões em torno do Museu de Antropologia no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.** Recife: Imprensa Universitária, 1960.

GOFFMAN, Erving. **Relations in public:** microstudies of the public order. New York: Basic Books, 1971. [Também citado a partir da versão francesa *La mise en scène de la vie quotidienne.* Les relations en public. Paris: Les éditions de Minuit, 1973.]

GRAFMEYER, Yves; JOSEPH, Isaac. **L'École de Chicago:** naissance de l'écologie urbaine. Paris: Flammarion, 2004 [1994].

GROSS, N. Pragmatism, Phenomenology, and Twentieth-Century American Sociology. In: CALHOUN, Craig (ed.). **Sociology in America – A History.** Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

GUSFIELD, Joseph R. **The culture of public problems:** drinking-driving and the symbolic order. Chicago and London: The University of Chicago Press. 1981.

_____. **Performing Action:** Artistry In Human Behavior and Social Research. New Brunswick: Transaction Publishers, 2000.

_____. **La culture des problèmes publics.** Paris: Economica, 2008 [1981].

_____. **Los nuevos movimientos sociales:** De la ideología a la identidad. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994.

HOUTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, março 2008, p. 149-160.

JOAS, Hans. Pragmatismo. In: BOTTOMORE, Tom, OUTHWAITE, William (eds.). **Dicionário do pensamento social do Século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 598-600.

LEWIS, J. D., SMITH, R. L. **American Sociology and Pragmatism:** Mead, Chicago Sociology, and Symbolic Interaction. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

MEAD, George Herbert. **Mind, Self and Society**. MORRIS, C. W. (ed.). Chicago: University of Chicago Press, 1934.

_____. **The Philosophy of the Act**. MORRIS, C. W. (ed.). Chicago: University of Chicago Press, 1938.

_____. **The Individual and the Social Self**. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1945].

POGREBINSCHI, Thamy. **Pragmatismo: teoria social e política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

_____. A democracia do homem comum: resgatando a teoria política de John Dewey. In: **Revista Sociologia Política**, 23, nov. 2014. p. 43-53

QUÉRÉ, L. Le travail des émotions dans l'expérience publique. In: CEFAÏ, Daniel, TERZI, Cédric (dir.). **L'expérience des problèmes publics**. Paris: Éditions de l'EHESS, 2012. p. 135-162.

QUERINO, Manuel Raimundo. A raça africana e os seus costumes na Bahia. In: **Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geografia**, 1916. v.2. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

RITZER, George. **Teoría sociológica contemporánea**. 3ª ed. Madrid: McGraw-Hill/Interamericana de España, 1987.

SCHECHNER, Richard. **Performance theory**. New York: Routledge, 1988.

SCHUTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. **The Structure of the Life World**. Evanston: Northwestern University Press, 1973.

TEIXEIRA, João Gabriel L. C. Análise Dramatúrgica e Teoria Sociológica. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 1998, vol.13, n.37. p. 89-100

THÉVENOT, Laurent. Des Institutions en Personne: une sociologie pragmatique en dialogue avec Paul Ricœur. **Études Ricœuriennes / Ricœur Studies**, Vol 3, No 1 (2012), p.11-33

TURNER, Victor. Dewey, Dilthey and drama: an essay in the anthropology of experience. In: TURNER, Victor, BRUNER, Edward M. (orgs.). **The anthropology of experience**. Urbana: University of Illinois Press, 1986. p. 33-44

_____. **The anthropology of performance**. New York: PAJ Publications, 1987.

ZASK, J. Présentation de l'édition française – La politique comme expérimentation. In: DEWEY, J. **Le public et ses problèmes**. Paris: Gallimard, 2001. [citado a partir da ed. 2010 - Collection Folio Essais]

HOW DOES A PROBLEM BECOME PUBLIC? PRAGMATIST NOTES FROM MARIJUANA MARCH IN BRAZIL

ABSTRACT

Retrieving ancient reflections from the pragmatist philosophers Dewey and Mead, this text discusses the nature of the public and its particularities in relation to the social and the State, but also seeks – from the return to the sociologist Joseph Gusfield’s work – to discuss the process by which aspects of reality become sensitive for different sectors of society to demand the assumption of State responsibilities. In this perspective, it is not only the cognitive arguments that compete for the recognition of authority in relation to a problem, but also the narrative capacity (with its rhetorical elements of persuasion and conviction), the levels of pre-power of the agents involved, resources, interests and skills they have to influence the formation, development or multiplication of opinions. The starting point of this communication is that the public character of a situation – as well as its problematic dimension – is not transcendental element, but it emanates from the situation itself and from the agents involved. In the discussion of the process of making public a certain problem, an analysis of social action as performance also takes place in this text. Finally, the article presents recent research data on the Marijuana March Movement in Brazil, aiming to demonstrate how the transactions with this drug have become a public problem in the country.

KEYWORDS

Public; Public Problems; Pragmatism; Marijuana March.